

## O protagonismo da pessoa surda: A educação como possibilidade de ascensão social

The protagonism of deaf person: Education as a means of social ascent

El protagonismo de la persona sorda: La educación como posibilidad de ascenso social

Recebido: 08/04/2021 | Revisado: 15/04/2021 | Aceito: 18/04/2021 | Publicado: 02/05/2021

**Marineide de Oliveira da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8528-6102>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil  
E-mail: [mari.oliveirasil@gmail.com](mailto:mari.oliveirasil@gmail.com)

**Elton Castro Rodrigues dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3989-3876>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil  
E-mail: [elton.castro@unemat.br](mailto:elton.castro@unemat.br)

**Niltom Vieira Junior**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1077-8302>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil  
E-mail: [niltom.vieira@ifmg.edu.br](mailto:niltom.vieira@ifmg.edu.br)

### Resumo

Ser protagonista é promover algo memorável em seu grupo social e/ou em sua cultura. Historicamente, o protagonismo não foi delegado às pessoas de classes inferiores ou grupos sociais “marginalizados”. Contudo, a história é mutável e, com isso, surgem novas oportunidades de ascensão social, sobretudo, por meio da educação. A história da pessoa surda é um exemplo disso, pois ela perpassou algumas fases, pessoas surdas ora foram consideradas amaldiçoadas, ora divindades e, finalmente, cidadãos de direitos. Nesse contexto, a presente pesquisa foi desenvolvida para entender o preâmbulo da história da pessoa surda e a possibilidade de protagonismo dela na sociedade por meio da educação. Este trabalho foi construído a partir de base bibliográfica, por meio da qual se buscou trazer à tona reflexões acerca da problemática de inserção das pessoas surdas no ensino superior, isto é, nas universidades públicas do país. Dessa forma, o estudo possibilita um leque de possibilidades de interpretação social quando coloca no centro do protagonismo a pessoa surda.

**Palavras-chave:** Educação; Protagonismo; Surdez.

### Abstract

To be the protagonist is to promote something memorable in your social group and/or in your culture. Historically, the protagonism wasn't delegated to people of inferior classes or "marginalized" social groups. However, history is mutable, which means that new opportunities of social ascent always emerge, above all, by the means of education. The history of a deaf person is an example of it since he passed through some phases, whereas sometimes they were considered cursed, other times deities, then, finally, rightful citizens. In this context, the present research was developed to understand the preamble of the history of the deaf person and his possibility of protagonism in the society by the means of education. This work was built through a bibliographic approach, with which we sought to show some of the problematic of the insertion of deaf people into higher education, that is, into the public universities of the country. This way, this study enables a range of possibilities of social interpretation when we put into the center the protagonism of the deaf person.

**Keywords:** Education; Protagonism; Deafness.

### Resumen

Ser el protagonista es promover algo memorable en su grupo social y/o en su cultura. Históricamente, el protagonismo no fue delegado a las otras personas de clases inferiores o grupos sociales “marginados”. Sin embargo, la historia es mudable y, con eso, emergen nuevas oportunidades de ascenso social, sobre todo por medio de la educación. La historia de la persona sorda es un ejemplo de esto, ya que ella ha pasado por algunas etapas: las personas sordas en un momento fueron consideradas malditas, en otro, divinidades y finalmente ciudadanos legítimos. En este contexto, esta investigación fue realizada para comprender el preámbulo de la historia de la persona sorda y la posibilidad de protagonismo de esta en la sociedad por medio de la educación. Este trabajo fue construido desde una base bibliográfica, a través de la cual se buscó traer a la escena reflexiones acerca de la problemática de la inserción de las personas sordas en la enseñanza superior, esto es, en las universidades públicas del país. De esa forma, el estudio permite un abanico de posibilidades de interpretación social una vez que pone en el centro del protagonismo la persona sorda.

**Palabras clave:** Educación; Protagonismo; Sordera.

## 1. Introdução

Você conhece alguém que seja surdo e que teve momentos de protagonismo em sua própria história? Talvez seja difícil pensarmos em uma pessoa que se enquadre nesse requisito. Isso porque, do ponto de vista social, a pessoa surda carrega um histórico de lutas, de negação da vida, de negação da educação e de não pode exercer plenamente sua cidadania.

Pode-se dizer, utilizando uma figura de linguagem, que foram décadas e décadas de total “silêncio”, já que prematuramente a sociedade imaginava que a pessoa surda também era muda, sendo comum a expressão: “se ele não pode ouvir também não pode falar”. Ideias como essas foram lançadas na sociedade e foram transmitidas de geração para geração sem que se questionasse o teor verdadeiro ou não da informação.

No período primitivo, esses estereótipos foram utilizados para justificar o sacrifício das pessoas que nasciam surdas, sendo, nesses tempos remotos, permitido jogá-las no abismo, como se a sociedade tivesse o poder de decidir quem pode ou não viver.

Nesse contexto, este trabalho vem somar com as demais produções acerca da problemática de inserção de pessoas surdas no ensino superior, isto é, nas universidades públicas do país.

O contexto aqui apresentado justifica a escolha do tema e convida o leitor a refletir sobre como a pessoa surda também é participante do quadro de protagonismo social e a compreender que ela é capaz de transformar a sociedade em que se encontra inserida.

Assim, destaca-se que a metodologia escolhida para esse trabalho tem como subsídio a busca de outras publicações sobre o tema, dessa forma, foram analisadas fontes bibliográficas como livros, teses, dissertações, periódicos, anais de eventos e sites de referência de cada universidade pesquisada, entre outros textos cujo objeto era o mesmo do estudo ora apresentado.

Acredita-se que é uma tarefa árdua quebrar o ciclo depreciativo em torno do deficiente auditivo ou surdo, todavia, é necessário mostrar que os surdos também podem ser protagonistas de sua própria história e/ou comunidade e que, para isso, basta que lhes sejam dadas as mesmas oportunidades que as demais pessoas não surdas têm.

## 2. Metodologia

O estudo tem como fundamento a pesquisa bibliográfica, por permiti que se busque subsídios para debater o tema em outras publicações. De acordo com Proetti (2005, p. 94) “[...] a pesquisa bibliográfica, faz-se uso dos materiais já publicados, escritos ou gravados mecânica ou eletronicamente, que contenham informações de diversas áreas”. Para elaboração do trabalho, foram pesquisados em *sites* de busca, como Google acadêmico, Domínio Público, SciELO e *sites* das universidades. Os textos escolhidos para análises foram: tese, dissertação, periódicos, monografia, entre outros textos que tratam da Educação da Pessoa surda e sobre a inclusão da mesma no ensino superior. Dessa forma, “entende-se que a pesquisa bibliográfica, faz-se uso dos materiais já publicados, escritos ou gravados mecânica ou eletronicamente, que contenham informações de diversas áreas”.

Boccatto (2006, p. 266) ressalta que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal a resolução de um problema e/ou hipótese,

[...] por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A pesquisa bibliografia possibilita que ao realizar a análise de diversificadas literaturas sobre o tema pesquisado, o

pesquisador se apropria de diferentes olhares sobre o mesmo tema.

Para elaboração do trabalho, estabeleceu-se três diferentes etapas de excussão: Primeira – buscou-se em diferentes sites de pesquisas e bancos de dados (Google acadêmico, Domínio Público, SciELO, etc), de literatura e publicações que possuíam como objeto de estudo a educação do surdo e sua inserção no ensino superior; Segunda – realizou-se um estado da arte com os trabalhos encontrados no banco de dados e estabelecer categorias para reflexões (educação da pessoa surda, história da educação do surdo, inclusão, inclusão da pessoa surda no ensino superior); Terceira etapa, foram pesquisados 50 sites de universidades federais para elaboração da amostragem de quantos curso de Letras Libras existiam no país, bem como seria a forma de ingresso do aluno surdo.

As análises dos bancos de dados teceram o mapa da investigação, em que se teve uma visão geral de como a pessoa surda foi tratada no âmbito social e educacional no perpassar da história, depois como essa teve seu processo educacional, por vezes negado, até a possibilidade de inserção no ensino superior em universidades públicas, preferencialmente, Cursos de Letras Libras. Isso, sem perder de vista o objeto de estudo do artigo – o protagonismo da pessoa surda e a educação como possibilidade de ascensão social, que é o fio condutor das discussões e reflexões.

### 3. Resultados e Discussão

Para iniciarmos um diálogo mais conciso sobre a história da pessoa deficiente auditiva ou surda, primeiramente, deve-se reportar ao conceito de história. Strobel o (2009, p. 5) descreve como sendo a investigação sobre a sociedade do passado e suas transformações sofridas a cada período vivido pelo homem dentro de um grupo social. “A palavra ‘História’ nasceu da Grécia antiga e significava ‘investigação’. O sujeito que pela primeira vez empregou essa palavra, com o sentido de investigação do passado foi o grego Heródoto, que é considerado o “pai da história”.

As análises para se entender a história de uma sociedade ou grupo nela inserido podem ser realizadas por meio de: documentos oficiais, iconografias, livros, entrevistas, entre outras formas. A história da pessoa surda, no entanto, foi contada por ouvintes, visto que a população dos surdos demorou a ter acesso à educação, a saber ler e escrever, como também entender a realidade que a cercava. Assim, Strobel (2008, p. 42) esclarece que a “[...] presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos”.

Na antiguidade as pessoas deficientes e/ou surdas eram tidas como “inúteis” e necessitavam sempre de cuidados de outras pessoas. Isso fazia com que os próprios surdos acreditassem nesse fato “[...] como se fosse verdade absoluta e a tenha absorvido exatamente como lhes foi dito, isto é, que eles eram deficientes, menos válidos, incapazes [...]” (Perlin, 2002, p. 16). Desse modo, eles viviam à mercê das vontades de outras pessoas. Como eram tidos como um peso para a sociedade, muitos surdos morriam, sendo atirados em penhascos. A forma como esse crime ocorria chama atenção e pode ser indício de que não era desejável deixar vestígio, quer dizer, provas de que ações monstruosas como essa aconteciam.

Em um olhar para o passado, Nascimento (2006, p. 12) busca desvendar a história da educação dos surdos tomando por base os estudos de Ferdinand Berthier (1984) e descreve que muitas atrocidades foram cometidas na antiguidade com os surdos espartanos: “A infortunada criança era prontamente asfíxiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar”. Ferdinand Berthier possuía surdez congênita e com 8 anos de idade foi considerado o aluno de maior destaque e brilhantismo, se tornando posteriormente professor e literato de sua época.

O exemplo de Ferdinand Berthier vem ao encontro das reflexões desse trabalho quando coloca no centro de debate dois pontos importantes. O primeiro diz respeito ao fato de que a oportunidade educacional fez toda a diferença na sua vida,

proporcionou-lhe possibilidades de alavancar nos estudos, se destacar, ter uma carreira profissional, condições melhores de vida e destaque social, fortalecendo a identidade e a cultura dos surdos. O segundo ponto refere-se à contribuição de Berthier com a dissolução da ideia de que o surdo não tem capacidade de aprender, que a cognição está ligada à fala e que a pessoa surda é incapaz.

Palazzo e Moraes (2017) trazem à cena uma outra forma de explicar a surdez, ambos afirmam que os Hebreus acreditavam em castigo divino, ou seja, uma criança nasceria surda por que seus pais cometeram pecados. Dessa forma, a pessoa surda era reclusa e não lhe era permitido inserção social, sendo seus direitos, inclusive os educacionais, negados. As duas formas de tratamento apresentadas acima não são nada desejáveis no mundo moderno, hoje, a morte no abismo, ou a prisão e a escuridão em um quarto são consideradas formas cruéis.

Contudo, a história, segundo Palazzo e Moraes, (2017, p. 12) registra outro tipo de assassinato da pessoa surda. Influenciados pelo pensamento de Aristóteles (384-322 a.C) que estabelecia que uma pessoa que não ouvisse, não poderia falar nem aprender, já que se acreditava que não se pode formular palavras sem ouvi-las, como também não se pode formular pensamentos sem palavras. Esse ideal solidificou-se no social e em Roma era “[...] comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para que fossem cuidadas pelas ninfas”. Somente os deuses eram capazes de cuidar de uma criança com essas particularidades.

Para justificar as atrocidades cometidas contra a pessoa surda, Silva (1987, p. 46) retrata o discurso de Sêneca (4-65 d.C), o qual forneceu suporte aos maus tratos contra a pessoa deficiente:

[...] não se sente ira contra um membro gangrenado que se manda amputar; não o cortamos por ressentimento, pois, trata-se de um rigor salutar. Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.

Esse discurso acabou por solidificar, mais ainda, as práticas criminosas sobre o diferente. Dessa forma, aquele que não seguia o padrão social determinado por uma época deveria ser eliminado do convívio de pessoas “normais”. Souza (2016, p. 60) acrescenta que os nascidos surdos sempre foram postos em comparação aos ouvintes: “Eram maltratados, humilhados e violentados em todos os sentidos, psicológico, intelectual, linguístico, físico e tantos outros que de igual modo denigrem o ser humano”.

Santos e Teles (2012, p. 78) esclarecem que se tornou comum os países estabelecem uma postura de negação dos direitos da pessoa com deficiência, de modo que “[...] os indivíduos são simplesmente ignorados, abandonados e muitas vezes até mesmo assassinados, devido a sua diferença do conceito de normalidade”, pois, ao negar a existência desses indivíduos, não teriam que se preocupar com o que chamam de “problemas” e/ou “anomalias humanas”.

Todavia, o surdo nem sempre foi considerado uma pessoa amaldiçoada, Campos e Silva (2017, p. 3) esclarecem que, em localidades orientais, a população concebia a pessoa surda como seres “[...] agraciados pelos deuses. Assim, esses sujeitos eram aceitos nos templos e chegavam a exercer funções mediadoras entre o homem e sua divindade, o que não os dava o privilégio com referência ao convívio na sociedade”. Talvez esse fato esteja ligado a questão de pureza, pois, faltando-lhe a audição, o mesmo não era contaminado pela sociedade, estando sempre puro e mais perto de Deus.

Em um período histórico não muito tardio, em 1948, estabeleceu-se um marco que possibilitou a pessoa surda ser tratada como cidadã. Tal marco foi a criação da Declaração dos Direitos Humanos, que em seu artigo 1º destaca que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Unesco, 2019, p.1). Dessa forma, a declaração assegurou que todas as pessoas têm direito à vida e à liberdade, independentemente de possuírem algum tipo de deficiência ou não.

Em cada período histórico e dependendo da localidade, a sociedade tratava surdo de uma forma. No Brasil, essa situação não foi diferente, inicialmente, não se considerava a pessoa surda como cidadão. Foi somente a partir de conversões internacionais, principalmente a que ocorreu em Salamanca, que essa realidade foi se transformando e abrindo espaço para o debate sobre os direitos da pessoa com deficiência.

### 3.1 A educação dos surdos

A educação deveria ser um bem para todos e ninguém deveriam ter o poder de decidir sobre quem pode ou não estudar, pois, nenhuma pessoa deveria ser privada de conhecimento. A história dos deficientes auditivos e/ou surdos estaria em um patamar diferente nos dias atuais se desde tempos mais remotos tivessem sido encontradas ferramentas para transformar a situação de exclusão social essas pessoas eram postas.

A sociedade não pode mais ter o poder decisório da vida das pessoas. Vivemos em uma era em que todos têm direitos garantidos pelas legislações aprovadas no país, acontece, no entanto, que, muitas vezes, não se sabe como reivindicá-los. Foi isso que aconteceu com a educação dos surdos. Como eles não falavam e não sabiam se expressar, eram tidos como pessoas com incapacidade de aprender e que, portanto, precisavam de ter um cuidador. Essa atitude foi pautada na crença de que “[...] o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Desde que a fala não se desenvolvia sem a audição, quem não ouvia, não falava e não pensava, não podendo receber ensinamentos e, portanto, aprender [...]” (Moura, 2000, p.16). Esse foi um equívoco que custou muitas décadas de exclusão da pessoa com problemas auditivos ou surda.

Strobel (2009) realiza um apanhado histórico importante para se entender a educação do surdo ao detalhar acontecimentos e mostrar dois momentos cruciais para esse grupo social. O primeiro momento refere aos estudos de Pedro Ponce de Leon (1510-1584), considerado o primeiro professor dos surdos; o segundo momento foi o dos estudos de Charles Michel de l'Épée (1712-1789), considerado pai dos surdos:

**Quadro 1.** Fatos históricos sobre a Educação da pessoa surda.

PERÍODO	ACONTECIMENTOS SELECIONADOS
<p><b>Idade Antiga</b> Escrita a 476 d.C</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Roma:</b> os surdos eram tidos como pessoas castigadas ou enfeitizadas, por isso eram abandonadas ou jogadas no rio Tiger, se sobrevivesse, tornavam os surdos escravos, obrigando-os a viver trancados dentro do moinho de trigo, empurrando a manivela.</li> <li>- <b>Grécia:</b> os surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète, nas águas de Barathere.</li> <li>- <b>Egito e Pérsia:</b> os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses.</li> </ul>
<p><b>Idade Média</b> 476 - 1453</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não davam tratamento digno aos surdos, colocava-os em imensa fogueira.</li> <li>- Os surdos eram proibidos de receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados.</li> <li>- Leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e enfim, de todos os direitos como cidadãos.</li> <li>- Os monges beneditinos, na Itália, empregavam uma forma de sinais para comunicar entre eles, a fim de não violar o rígido voto de silêncio.</li> </ul>

<b>Idade moderna</b> <b>1453 – 1789</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Em 1500, Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão e utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos.</li><li>- O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco. Mais tarde ele criou escola para professores de surdos.</li><li>- Só os surdos que conseguiam falar tinham direito à herança.</li><li>- Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação com outro membro surdo da família Velasco, Dom Luís, através de sinais, treinamento da fala e o uso de alfabeto dactilologia.</li><li>- Em 1648 John Bulwer publicou “Philocopus”, onde afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral.</li><li>- Samuel Heinicke (1729-1790) o “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro – iniciou as bases da filosofia oralista, onde um grande valor era atribuído somente à fala, em Alemanha.</li><li>- Charles Michel de l’Épée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais.</li><li>- Anos de 1760 Thomas Braidwood abre a primeira escola para surdos na Inglaterra, ele ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial.</li></ul>
--	---

Fonte: Strobel (2009, p. 17-24).

Nesse quadro, têm merecido destaque Pedro Ponce de Leon (1510-1584) e Charles Michel de l’Épée (1712-1789), dois personagens que fortaleceram a linha condutora do trabalho do protagonismo surdo por meio da educação. Os dois atuaram em importantes momentos de rupturas com as velhas práticas e deixaram grande contribuição por terem demonstrado que o deficiente auditivo e a pessoa surda poderiam aprender.

Para que se possa compreender a importância desses personagens na educação do surdo, vale lembrar o que descreve Reily (2007, p. 321): “o trabalho de Ponce de León foi reconhecido nacionalmente, havendo outros nobres com filhos surdos que deveriam ser educados para que pudessem assumir seu papel de herdeiros”. Assim, mesmo que a atuação de Ponce de León fosse voltada para a elite, seu feito é lembrado como um marco relevante porque abriu precedentes para a criação de escolas para pessoas surdas.

Para Bernarab e Oliveira (2007, p.2) o Abade Michel de l’Épée teve uma influência maior nesse percurso histórico educacional, pois conseguiu “[...] uma estrutura coerente aberta a todos, cujos alunos podiam receber um ensino institucionalizado e estruturado, reconhecendo-os como cidadãos”. Desse modo, a educação passava a ser um bem comum para surdos ricos e pobres.

O Abade Michel de l’Épée criou na França uma escola para atendimento de pessoas surdas. A educação institucional para surdos no país surgiu “[...] através de uma lei adotada nos dias 21 e 29 de julho de 1791, durante a Revolução Francesa que reconhece aos surdos o estatuto de cidadãos e o direito a receber um ensino digno”. A institucionalização de uma escola para surdos abriu precedentes em todo o mundo e, mais tarde, influenciaria decisões no Brasil.

Quanto aos métodos de ensino, a história da educação do surdo é compreendida por três importantes momentos: o do oralismo, o da comunicação total e do bilinguismo. Da sua maneira, cada um desses momentos teve participação, de crescimento ou de atraso, no processo educacional da pessoa surda.

O oralismo propunha revolucionar o método de ensino para que a pessoa oralizasse as palavras. A oralização tinha como objetivo fazer com que o sujeito tivesse meios de receber sua herança. Como não havia reconhecimento legal de suas capacidades cognitivas, se desenvolveu meios de provar que o surdo não era mudo e que tinha possibilidade de aprender. Assim, “[...] a força do poder financeiro, e, dos títulos se constituíram os grandes impulsionadores do oralismo, na época, pois era através da fala que o indivíduo tinha representação na sociedade (Cavalcanti, 2010, p. 88).

Outro destaque para esse método foi sua influência no II Congresso Internacional de Educação dos Surdos, que aconteceu em Milão em 1880. Esse evento representou um retrocesso para a língua de sinais em todo o mundo. No Congresso de Milão ficou estabelecido que “[...] o método oral puro era ideal para a educação dos surdos. Essas recomendações foram aceitas por vários países, como Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Suécia e Bélgica” (Palazzo & Moreira, 2017, p. 18).

O uso da língua de sinais foi proibido nos países citados acima e tal proibição permaneceu em vigor até a década de 1960 “[...] quando William Stokoe publicou um artigo demonstrando que a Língua de Sinais constituía-se em uma língua com as mesmas características das línguas orais” (Poker, 2008, p.3). O trabalho de Stokoe abriu precedentes para novas pesquisas direcionadas a descobrir como ensinar e como abrir possibilidades de aprendizagem para surdos, sendo também responsável pelo surgimento, no ano de 1968, de outra filosofia para o ensino do surdo – a comunicação total.

Diferentemente do oralismo, a comunicação total, enquanto método, incentivava a utilização não de uma única metodologia de ensino, mas de metodologias diversificadas, desde que elas possibilitassem a aprendizagem. Dessa forma, o método da comunicação total buscava utilizar diferentes formas de possibilitar a comunicação com o surdo, e incorporava “[...] modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez. Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes” (Poker, 2008, p.6). Contudo, nesse momento, ainda não se reconhecia que a língua de sinais tinha estrutura própria e que a comunicação total também tinha estrutura gramatical da língua oral.

A proposta da comunicação total como método “propõe uma maneira diferente de perceber o surdo, ou seja, como um indivíduo diferente, não deficiente e, a denominação “deficiente auditivo” usada pelos oralistas foi substituída por outra, “Surdo” (Cavalcanti, 2010, p. 108).

Segundo Oliveira (2014, p. 12), com a proposta de língua oral como principal meio de aprendizagem para o surdo, o “[...] sujeito com surdez deixa de ser visto como portador de uma "patologia", e passa a ser considerado como uma pessoa capaz”. Abria-se nesse momento outras possibilidades e meios de se efetivar a educação para pessoas surdas. Uma dessas possibilidades foi o bilinguismo. No método bilíngue, o surdo “[...] deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país na modalidade oral e/ou escrita.” (Cavalcanti, 2010, p. 109).

Para Quadros (1997, p. 47), quando se considera que a língua de sinais deve ser ensinada primeiramente para o aluno surdo, os conteúdos escolares “[...] devem ser trabalhados por meio dela e [...] a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, será ensinada com base nas habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas nas suas experiências com a língua de sinais”.

De acordo com Poker (2008, p.8), o bilinguismo “[...] parte do princípio que o surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Isto facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo”.

Nessa concepção, a Língua de Sinais Brasileira (Libras) seria a L1 e a língua portuguesa a L2. “A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro” (Quadros & Schmiedt, 2006, p. 17).

Percebe-se que o bilinguismo se tornou o método que poderá realizar a tarefa de aproximar os deficientes auditivos e os surdos ao mundo em que vivem. Isso porque, de acordo com Dorziat (1999, p. 29), “a língua de sinais [...] dará condições de os surdos tornarem-se seres humanos em sua plenitude, através da apropriação dos conceitos científicos, disponíveis na educação formal”

Ressalta-se que os fatos e os métodos destacados acima contribuíram não somente com a mudança do quadro internacional, mas também do nacional, pois em maior ou menor grau influenciaram a educação do surdo no Brasil. Assim, no contexto brasileiro, o primeiro marco histórico considerado significativo aconteceu “[...] formalmente em 1857, quando o professor surdo Ernest Huet veio para o Rio de Janeiro a pedido do Imperador D. Pedro II. Com a fundação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, inicia-se o processo de educação formal dos surdos no Brasil” (Alvez, et al 2015, p.29).

A vinda de Huet para o Brasil culminou na criação, em 26 de setembro de 1857, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O Professor Huet iniciou sua jornada para aceitação de seu trabalho com surdos com a família imperial, sobretudo com o príncipe Luís Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, marido da princesa Isabel. Depois, para se firmar no país, começou “[...] a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos” (Mazzota, 2001, p.29).

Esse marco foi importante para que fossem criadas legislações que garantissem no Brasil o acesso a pessoa surda à educação. Assim, os marcos legais mais expressivos e que proporcionaram grandes mudanças foram:

**Quadro 2.** Legislações brasileiras em atendimento a pessoa surda.

LEGISLAÇÃO	MARCO REGULATÓRIO
Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988.	São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.  Os artigos 6, 205, 206, I, e 208, I e § 1º e 2º, da Constituição Federal, dispõem sobre o direito social fundamental à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, prevendo a responsabilização do Poder Público em caso de não oferecimento ou oferta irregular.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – sob Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996.	Art. 3º- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
Lei Federal nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002.	Art 1º, reconhecendo a língua brasileira de sinais – Libras – como meio legal de comunicação e expressão, um “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”
Decreto Federal nº 5.626/05, datado de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei	Inclusão de Libras – Língua Brasileira de Sinais - como disciplina obrigatória em cursos de formação de professores e a formação de docentes e tradutores e intérpretes de Libras em cursos de Letras, certificação da proficiência linguística em Libras, em exame nacional.

Federal nº 10.436/02.	Art. 22, inciso I “§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.
Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.	Dispõe sobre a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, reconhecendo a necessidade da organização do ensino bilíngue aos surdos.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de acordo com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), ratificada pelo Brasil por meio dos Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009.	Preconiza a garantia do direito à educação se efetivar por meio do acesso à educação inclusiva em todos os níveis sob a responsabilidade do Estado “a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos.
Nota Técnica nº 55, de 10 de maio de 2013.	Estabelece que o atendimento educacional especializado – AEE – deve ser ofertado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular e enfatiza o ensino da língua brasileira de sinais – Libras e o ensino da língua portuguesa como segunda língua para estudantes com surdez.

Fonte: Ziliotto e Gisi (2019, p.11)

No quadro acima, foram destacadas as legislações para atendimento da pessoa surda e/ou com deficiência auditiva. Entre essas, destaca-se principalmente a Lei n. 10.436/02, que preconiza o conceito de Libras como um “[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, p.1).

Outro destaque na legislação é a Lei nº 10.098/2002, sancionada no ano de 2005, e o Decreto nº 5.626, datado de 22 de dezembro do mesmo ano, que regulamentam a Lei n. 10.436/02. Esse Decreto preconizou avanços significativos na citada lei. Nele, a pessoa surda é considerada como “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005, p.1).

Depois de ter sido preconizado que a pessoa surda tem sua cultura e que ela possui o direito de utilizar a Libras para se comunicar, Figueiredo e Ribeira (2015, p. 33) destacam que a inclusão não pode desprezar esse fato e que ela “[...] não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos”.

Percebe-se que a educação da pessoa surda precisa ter a Libras como língua oficial, pois essa é “[...] utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, nos seus lares e nas escolas” (Quadros & Schmiedt, 2006, p. 13).

A Libras foi uma grande conquista e, por trás desta conquista, há uma luta histórica por reconhecimento de um grupo social que por muito tempo foi socialmente excluído, que não teve seus atores como protagonistas de suas ações e tiveram pessoas ouvintes escrevendo e falando por eles. É nesse contexto que a educação passa a funcionar como ferramenta fundamental para que a pessoa surda se torne protagonista social. A educação abre possibilidade e espaços “da palavra”, nesse caso, da palavra sinalizada, bem como abre espaços para o debate e a participação nas instâncias sociais.

### 3.2 A inclusão da pessoa surda no ensino superior

A palavra inclusão, segundo os estudos de Faria, Santos e Silva (2009, p. 39) “vem do latim, do verbo *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (*cludere*), que significa “encerrar, fechar, clausurar”. Entretanto, a palavra inclusão ganha significados diferenciados quando agregada à cultura, à identidade e à sociedade.

Dessa forma, o conceito de inclusão está sendo utilizado “[...] não apenas para questões das necessidades especiais, como também para construir discursos de acessibilidade a quaisquer indivíduos que estão excluídos de determinados espaços e situações, fala-se, por exemplo, em inclusão digital, econômica, entre outras” (Faria, Santos & Silva, 2009, p. 39).

De outro lado, Antunes (2014, p. 65) enfatiza que “a exclusão é um fenômeno social, cuja origem pode ser encontrada nos mesmos princípios que nortearam a construção da sociedade moderna”. A mesma autora acrescenta que o processo de exclusão foi disseminado na sociedade, “[...] pela predominância de valores e práticas que reforçam a marginalização e preconceitos em relação aos “diferentes”, dentre os quais estão as pessoas com deficiência” (p. 66).

Gianotto (2020, p. 75) corrobora com a reflexão de que a inclusão da pessoa surda teve muitos percalços e que isso impossibilitou que a comunidade surda escrevesse uma história de conquistas. O autor esclarece que:

[...] todas as conquistas para cada comunidade surda é resultado de uma herança linguística que resistiu ao tempo, às imposições linguísticas e ao isolamento e invisibilidade social. Não fosse aqueles tempos sombrios que visavam a ocultação da pessoa com deficiência em sociedade, teríamos, na tabela cronológica, um extenso rol de surdos protagonistas e, conseqüentemente, representantes socialmente.

O processo de inclusão da pessoa surda aconteceu tardiamente e que até nos dias atuais não se efetivou como deveria, visto que ainda não se tem escolas bilíngües em todas as unidades federativas do país para atender a demanda educacional desse grupo social. Dessa forma, a chance de realizar um curso superior se torna uma ação de protagonismo para o surdo.

Atualmente a comunidade surda pode adentrar em qualquer curso superior, mas o presente trabalho escolheu dialogar sobre a inserção desse grupo social no Curso de Letras Libras de universidades brasileiras, já que esse é um curso cuja grade curricular proporciona uma formação mais efetiva para o surdo.

Dito isto, ressalta-se que a coleta de dados empreendida neste estudo mostrou que existem ainda algumas barreiras que a pessoa surda pode encontrar para efetivação de um curso superior. Primeiramente, foi possível apreender que o curso de letras-libras não é ofertado na maioria das universidades federais.

O curso de letras-libras no Brasil é dividido em duas modalidades: a modalidade licenciatura, específica para formação de professores que atendam a demanda crescente de escolarização da pessoa surda, e a modalidade bacharelado, cuja formação é voltada para outras habilitações como a de ser tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Destaca-se, ademais, que o número de universidades escolhidas para essa pesquisa totaliza em 50, tais universidades estão distribuídas pelo país da seguinte forma:

**Tabela 1.** Oferta de Curso de Letras Libras no Brasil (2021).

<b>REGIÕES</b>	<b>LETRAS LIBRAS</b>	<b>LICENCIATURA</b>	<b>BACHARELADO</b>
Norte	7	6	1
Nordeste	11	11	-
Centro-Oeste	3	3	1
Sudeste	4	3	1
Sul	1	1	-
<b>Total 50</b>	<b>Total Curso Letras libras 27</b>		

Fonte: Autores (2021).

Das 50 universidades pesquisadas, constatou-se que 27 delas ofertam curso de letras-libras presencial, somente duas ofertam o curso de bacharelado em letras-libras presencial: a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Duas dessas IES ofertam tanto licenciatura como bacharelado, são elas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). A contabilização dos cursos de letras-libras a distância não entrou no número final, pois buscou-se priorizar a formação presencial e a igualdade de condições de acesso entre surdos e ouvintes.

Percebeu-se também que a comunidade surda, nessa amostragem, tem mais chances de que sua demanda por ensino superior no curso de letras-libras seja atendida na Região Nordeste. Talvez pela especificidade da localidade, o Sul não oferta esse curso presencial, somente a distância, priorizando os cursos de engenharias. No Centro-Oeste existe uma especificidade a ser ressaltada, a Universidade Federal de Goiás (UFG) oferta tanto a modalidade licenciatura quanto a modalidade bacharelado, com turmas específicas para surdos.

A forma de ingresso nos cursos de letras-libras vem se modificando e se integrando ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), visto que das 27 instituições federais públicas, 14 realizam o vestibular para letras-libras pelo SISU, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e 13 realizam vestibulares específicos, sendo alguns, como o da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com aplicação de teste de aptidão em Libras.

Acredita-se que, no Brasil, o processo de inclusão da pessoa surda no ensino superior ainda não é efetivado de modo desejável, pois, mesmo com o curso de libras sendo uma chance a mais e com o sistema de cotas, pergunta-se qual é a possibilidade de os surdos terem de fato acesso ao curso? Com certeza as turmas serão constituídas, em sua maioria, de ouvintes. Isso não é uma depreciação da comunidade surda, o curso de letras-libras foi pensando para essa comunidade e deveria seguir as especificidades de inclusão educacional destinadas para ela.

Em nosso país, o processo educacional do surdo segue a mesma história dos outros países, sem base solidificada, tanto na Libras quanto na língua portuguesa, por isso. Por um lado, podemos dizer que houve certo avanço com a entrada em cursos de nível superior via SISU, por outro lado, podemos notar que esse sistema mina um pouco as chances do surdo de entrar em um curso que seria para ele, pois o surdo tem que disputar as cotas com todos os outros grupos sociais. Isso não desvirtuaria a proposta do curso de letra-libras? Apesar da propagação da Libras por ouvintes que realizam o citado curso ser também importante, não podemos retroceder na perda de direitos educacionais, pois quando a pessoa surda consegue chegar ao ensino superior ela tem a chance de se tornar protagonista de sua própria história.

A Agência Brasil (2019, p.1) sinalizou que, em um estudo realizado em parceria com Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda, foi constatada no Brasil a existência de cerca de “[...] 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Desse total, 2,3 milhões têm deficiência severa. A surdez atinge 54% de homens e 46% de mulheres”.

Sobre o protagonismo surdo, Gianotto (2020, p. 92) esclarece:

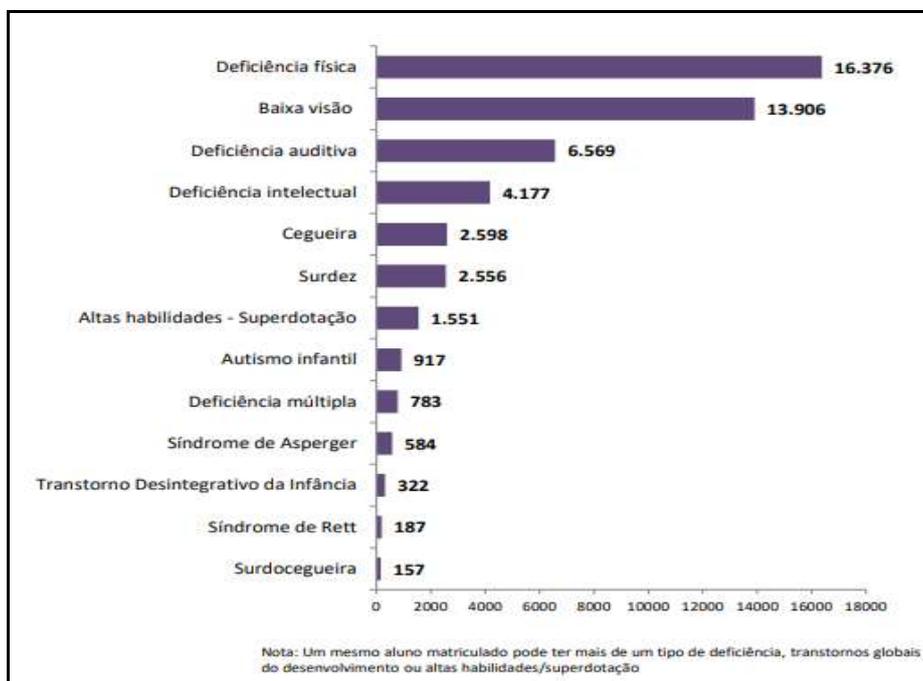
[...] as pessoas ouvintes são protagonistas e lutam pelas causas das pessoas ouvintes, é importante, também, que o surdo ocupe este “lugar social” para também lutar por benefícios que valorizem e solidifiquem o sujeito surdo nesta tão complexa estrutura social que já tem um padrão pré-estabelecido linguisticamente desde a “descoberta do Brasil”.

A pessoa surda deve ter referências de protagonismo de sua comunidade, contribuindo com a transformação de uma história de negação para uma ascensão social, linguística e cultural. “A ausência de lideranças surdas em diversos ambientes sociais perpassa para os surdos a ideia de que representantes são pessoas ouvintes, pouco ou quase não se vê pessoas surdas em cargos de representatividade social” (Gianotto, 2020, p. 97).

Nesse contexto, observamos que somente a educação pode ofertar meios para que essa representação social surda aconteça, pois apenas ela é capaz de fornecer suporte teórico e prático de entendimento da dinâmica social ouvinte e surda, bem como possibilidades cognitivas para debater sobre a causa com maior propriedade. Contudo, infelizmente, notamos que a presença de surdos em cursos superiores ainda é pequena. O INEP (2006, p. 21) já sinalizava essa problemática, em 2003, pois havia 665 surdos no ensino superior no Brasil, “[...] em 2004 o número cresceu para 974 alunos e em 2005 chegou a 2.428 alunos, havendo um crescimento entre 2003 a 2005 de 265% de matrículas desse alunado no Ensino Superior”.

Em 2019 esse número ficou em torno de 2.556 surdos e 6.569 deficientes auditivos. Um crescimento considerável se agregarmos os dois grupos em um, como mostra a ilustração a seguir:

**Ilustração 1.** Número de deficientes auditivos e surdos no ensino superior (2019).



Fonte: INEP (2019, p. 66).

Os dados acima mostram uma conquista, mas ainda não tão efetiva se consideramos que, nesse mesmo ano, no Brasil, tínhamos 13 milhões de deficientes auditivos e surdos, e que desses somente 9.125 cursavam o ensino superior. Assim, a representação educacional nesse nível de ensino não chegava a 10%. Por isso, abrir espaço para pensar essa problemática é necessário, bem como é importante refletir se realmente estamos trabalhando as políticas de inclusão como deveríamos ao inserir o Curso de letras-libras no SISU/ENEM.

Nesse contexto vale destacar o trabalho de Gianotto (2020, p. 99) intitulado de “O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local”. Nele, perguntava-se aos entrevistados surdos (7 pessoas): se considera visível ou invisível na sociedade? E por quê? As respostas são muito esclarecedoras, dos 7 surdos, 5 se sentem invisíveis. Os motivos apresentados foram os seguintes:

- Invisível porque a sociedade continua com o mito sobre os Surdos.
- As vezes visível, outras invisíveis. A sociedade é extremamente excludente e dependendo do contexto em que você está inserido você pode rapidamente se tornar invisível, mas dependendo se torna visível. Os surdos, assim como outros grupos que procuram o tempo todo ter seu papel de protagonista evidenciado, passam por muitos momentos de "esquecimento" e isso, com certeza, é desafiador. Muitos param no caminho, outros seguem lutando para ter essa visibilidade.
- Visível, mas a maioria ainda quer nos manter invisíveis.
- Invisível, porque ainda tenho dificuldades na comunicação por inibição Invisível.... Porque se a própria sociedade se faz invisível (Gianotto, 2020, p. 99)

A invisibilidade é algo que fere a identidade e a alma, mina as forças, e pode impedir muitas pessoas de lutarem por seus direitos, sobretudo porque, muitas vezes, elas acreditam que não vale a pena, que não conseguem e que nada vai mudar. Esses sentimentos aparecem quando se instaura as ideologias sobre o “outro”, isto é, quando se postula que o diferente da maioria é “socialmente insignificante”. Foi assim com a comunidade negra, sobre a qual se empregou a ideia de “inferiorizar para escravizar e conquistar”, assim também está sendo com a comunidade surda. Não se quer fazer apologias de que a educação conseguirá sozinha resolver a problemática, mas esse, sem dúvida, é um caminho para buscar novas possibilidades em pós-graduações, criando novos intelectuais surdos, portanto, protagonistas de sua história.

#### **4. Considerações Finais**

Este trabalho foi uma possibilidade única, pois abriu um leque de reflexões sobre as pessoas surdas e sobre como ainda é uma falácia a ideia de inclusão efetiva no sistema educacional. O que percebemos é que o Brasil não está preparado para atender essa demanda, visto que ainda possui políticas paliativas, as quais fizeram a situação da pessoa surda avançar, porém, não como realmente deseja-se que ela avance.

Assim, constatamos que a comunidade dos surdos ainda sofre os ranços do passado, em que seu desenvolvimento cognitivo era associado à fala. Nesse contexto, entendia-se que quem não falasse não poderia ter condições de cuidar de si. Hoje em dia, porém, o surdo já provou que a Libras é sua língua, portanto, cabe à sociedade aprendê-la para comunicar-se com ele. São direitos e deveres iguais, o surdo tem que aprender a língua portuguesa e os ouvintes, por sua vez, devem aprender a Libras.

Este trabalho teve como fonte inspiradora, a crença que a educação possibilita caminhos, possibilidades e meios para que haja chance de transformar o homem e o ambiente que ele vive. A comunidade surda tem os mesmos direitos educacionais dos não surdos, com as mesmas oportunidades e precisam requerer do poder público a efetivação do mesmo.

Acredita-se que a pessoa surda pode e deve lutar por sua inserção e permanência no ensino superior, por uma formação que contribua com a mudança social de sua comunidade, pela valorização da Libras e da cultura surda, pela visibilidade em detrimento do papel social invisível destinado a ela, por uma história escrita por surdos e não por vozes de ouvintes, assim como por um protagonismo social e cultural.

O debate proposto nesse trabalho abre possibilidades de outros nichos de pesquisa, pois coloca em cena a Educação da pessoa surda, enquanto pessoa que teve seu direito silenciado na história e na sociedade. Por isso, emergem de contextos, temas como a alfabetização do surdo no Brasil, Identidade surda, Comunidade Surda, Limites e possibilidades de permanência

da pessoa surda no ensino superior, cursos que as pessoas surdas procuram no ensino superior, entre outros temas ligado a problemática da Educação do Surdo.

## Referências

- Almeida, W. G. (2015). *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente*. Editus. <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>
- Ansary, N. N. (2010). A Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Superior. *Revista NEPIM*, 1(1), 120-36. <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZclwZI-pBPgJ:periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/download/174/175+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.
- Antunes, K. C. V. (2014). *Exclusão e Inclusão: Dois Lados Da Mesma Moeda*. <https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/3.ArtigoD2.Katiuscia.pdf>.
- Brasil. (2002). *Lei n. 10.436, de 24 abril de 2002*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- Brasil. (2019). *Censo da Educação Superior*. <https://download.inep.gov.br/educacaosuperior/censosuperior/documentos/2020/ApresentacaoCensodaEducaoSuperior2019.pdf>
- Benarab, L. & Oliveira, C. S. (2009). Estudo da Língua Brasileira de Sinais e da Língua de Sinais Francesa através da sua formação e da influência do Segundo Congresso Internacional de Milão. In Tanaka, E. D. O, Marquezine, M. C., Busto, R. M., Fujisawa, D. S. & Manzini, E. J. (Org.). *As necessidades educacionais especiais: Altas Habilidades, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Deficiências*. 1a.ed. Londrina, PR: ABPEE - Editora da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 5, 63-71. <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/080.pdf>
- Cavalcanti, Wanilda Maria Alves (2010). *Fundamentos da Educação de Surdos*. <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fundamentoseeducacaodesurdos1462973605.pdf>
- Dorziat, A. (1999). *Concepções de surdez e de escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em escola pública de surdos*. 1999. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Farias, I. R., Santos, A. F., & Silva, E. S. (2009). Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolas. In: Díaz, F., et al. (Orgs.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*: EDUFBA, Brasil.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. UEC.
- Gianotto, A. O. *O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local*. (Tese de doutorado). Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande – MS, Brasil. <http://cress-ms.org.br/sh-admin/editor/ckfinder/userfiles/files/O%20protagonismo%20da%20pessoa%20surda%20do%20ponto%20de%20vista%20do%20desenvolvimento%20local.pdf>
- Mazzotta, M. J. S. (2001). *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. Cortez Editor.
- Nascimento, L. C. C. (2006). Um Pouco Mais da História da Educação dos Surdos, Segundo Ferdinand Berthier. ETD – *Educação Temática Digital*. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/807/822>
- Schlünzen, E. T. M., Benedetto, L. S. & Santos, D. A. N. (2012). História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual. In Pinho, S. Z. Caderno de formação: formação de professores: Bloco 02: Didática dos conteúdos. Cultura Acadêmica. <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47935/1/u1d24v21t02.pdf>.
- Silva, V. et al. (2006). Educação de surdos: Uma releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In Quadros, R. M. (Org.). *Estudos surdos I*. Arara Azul.
- Silva, E. F. & Campos, M. F. (2017). *O percurso dos surdos na história e a necessidade da libras para a inclusão dos sujeitos na escola*. <http://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHOEV081MD1SA144ID128112092017192714.pdf>
- Strobel, K. (2008). Surdos: vestígios não registrados na história. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Strobel, K. (2009). *História da Educação da Surdos*. <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBaseHistoriaEducaoSurdos.pdf>
- Reily, L. (2007). O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos Lucia Reily. *Revista Brasileira de Educação*. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a11v1235.pdf>
- Ziliotto, G. S. & G. M. L. (2019). *As Políticas Educacionais E A Educação De Surdos*. XIV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e o VII Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). 2019, <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/2346111761.pdf>